

ESTATUTOS DO NÚCLEO DE ESTUDANTES CATÓLICOS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

TÍTULO I – DEFINIÇÃO E FINS

ARTIGO 1º (Núcleo autónomo de estudantes católicos)

O Núcleo de Estudantes Católicos da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa é uma organização que congrega os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

ARTIGO 2º (Sigla)

1. O Núcleo de Estudantes Católicos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa é designado pela seguinte sigla “NEC”.
2. O NEC é simbolizado por emblema e/ou logo.

ARTIGO 3º (Fins)

1. Promover a formação humana, espiritual e académica dos seus membros.
2. Realizar atividades de cunho social, cultural e religioso, abertas à participação de todos os estudantes independentemente da sua religião ou crenças.
3. Dar a conhecer/promover os valores da Igreja Católica.

TÍTULO II – ÓRGÃOS E MEMBROS

ARTIGO 3º (Membros)

1. São membros do Núcleo todos os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, que se identifiquem com os presentes estatutos, e cumpram os regulamentos internos, desde que se encontrem matriculados.
2. Os alunos oriundos dos programas de mobilidade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa que se identifiquem com os presentes estatutos, e que cumpram os regulamentos internos, são igualmente aceites como membros.

ARTIGO 4º (Princípio da Igualdade e Participação Democrática)

A todos os membros do Núcleo é reconhecida igual dignidade e capacidade para participar plenamente na sua atividade, salvo manifesta incompatibilidade com os fins do mesmo.

ARTIGO 5º (Deveres e Direitos dos Membros)

1. São direitos dos membros:

- a) Fazer parte das atividades do Núcleo;
- b) Eleger e ser eleito para cargos eletivos da Direção;
- c) Apresentar propostas à Direção;
- d) Solicitar informações relativas ao Núcleo, desde que a sua exposição não se mostre prejudicial aos objetivos deste.

2. São deveres dos membros:

- a) Respeitar e cumprir os estatutos, os regulamentos e as decisões legítimas e democraticamente tomadas pelos órgãos dirigentes do Núcleo;
- b) Contribuir para a prossecução dos objetivos dispostos nos presentes estatutos;
- c) Velar pelo prestígio do Núcleo e fomentar a sua progressão e desenvolvimento.

TÍTULO III – DIREÇÃO DO NÚCLEO

ARTIGO 6º (Mandato)

- 1. A duração do Mandato da Direção é de um ano, a contar da sua eleição.
- 2. A eleição é feita em reunião do Núcleo e votada por maioria simples dos membros deste.

ARTIGO 7º (Direção)

- 1. A Direção é o órgão responsável pelo Núcleo, pela condução das respectivas atividades e gestão corrente.
- 2. A Direção define e executa as suas atividades com respeito pelo presente estatuto, por forma a corresponder aos objetivos nele estabelecidos.

ARTIGO 8º (Eleição e Composição)

A eleição da Direção é feita internamente, nos termos do art.50º do Estatuto da AEFDUNL.

ARTIGO 9º (Departamentos)

1. São departamentos da Direção do Núcleo:
 - a) Coordenação;
 - b) Tesouraria
 - c) Espiritualidade
 - d) Comunicação;
 - e) Recreativo;
2. Cada departamento terá o número de coordenadores e colaboradores adequado às suas necessidades.

ARTIGO 10º (Competências)

É da competência da Direção do Núcleo prosseguir os fins enunciados no artigo 2º dos presentes estatutos, dirigir e garantir o seu funcionamento, considerar as propostas de qualquer membro e administrar os fundos do Núcleo.

ARTIGO 11º (Responsabilidades)

Os membros da Direção são solidários pela atuação do órgão de que fazem parte, exceto se manifestarem declaração de voto contrária em ata.

ARTIGO 12º (Incompatibilidades)

Os coordenadores e o tesoureiro do Núcleo não podem exercer cargos de Direção noutros grupos estudantis autónomos da AEFDUNL ou na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

ARTIGO 13º (Cessação de funções)

1. Cessa as suas funções como elemento da Direção aquele que:
 - a) Renunciar ao mandato;
 - b) For demitido pela Direção, em deliberação aprovada por três quartos dos seus membros.
2. Em caso de renúncia ou demissão de um membro da Direção, compete a esta, nos termos do art. 10º dos presentes estatutos, eleger um membro, cujo termo do Mandato coincide com o do seu antecessor.

ARTIGO 14º (Destituição)

1. A Direção considera-se exonerada:

- a) Se 50% + 1 dos seus membros eleitos se demitir das suas funções;
- b) Se for destituída em Assembleia-Geral, convocada expressamente para o efeito de acordo com as regras estatutárias, por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes.

2. Nestes casos deverá ser convocada nova eleição para os órgãos de direção deste Núcleo.

TÍTULO IV – FINANÇAS

ARTIGO 15º (Receitas e Despesas)

1. Consideram-se receitas do Núcleo de Estudantes Católicos da FDUNL:

- a) Apoios recebidos pela Associação de Estudantes da FDUNL, nos termos estabelecidos pela mesma;
- b) Apoios financeiros concedidos por outras entidades, públicas ou privadas com vista ao desenvolvimento das suas atividades;
- c) Donativos;
- d) Receitas próprias provenientes das atividades prosseguidas pelo Núcleo de Estudantes Católicos.

2. Consideram-se despesas do Núcleo de Estudantes Católicos da FDUNL:

- a) Todas as despesas devidamente previstas e aprovadas pela Direção;
- b) As necessárias para a realização das suas atividades, em concordância com o respetivo plano de atividades.

TÍTULO V – REVISÃO ESTATUTÁRIA

ARTIGO 16º (Revisão de Estatutos)

- 1. Os presentes estatutos poderão ser revistos em Assembleia-Geral ordinária com o voto favorável de dois terços dos membros presentes.
- 2. A Direção pode, também, criar uma comissão de revisão estatutária por regulamento próprio e aprovado em Assembleia-Geral, transferindo para esta os seus poderes de revisão dos estatutos.

ARTIGO 17º (Entrada em vigor)

Os presentes estatutos entram em vigor imediatamente após a sua aprovação em Assembleia-Geral constituída para o efeito.